
**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
NOTAS EXPLICATIVAS
E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

Balanço e Demonstração de resultados

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Balanço Individual a 31 de dezembro de :

RUBRICAS	Notas	Unidade monetária (1)	
		Periodos	
		2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	14 840 136,01	15 168 080,33
Activos intangíveis	6	13 473,24	0,00
Investimentos financeiros	17.1	23 905,18	19 957,16
		14 877 514,43	15 188 037,49
Activo corrente			
Inventários	9	4 437,56	0,00
Creditos a receber	17.3	66 739,04	94 873,59
Estado e outros entes públicos	17.10	16 478,97	33 599,48
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Memb	17.2	0,00	0,00
Outros ativos correntes	17.4	1 160 639,05	641 652,23
Diferimentos	17.5	27 453,93	30 874,38
Caixa e depósitos bancários	17.7	136 856,55	119 280,64
		1 412 605,10	920 280,32
Total do ACTIVO		16 290 119,53	16 108 317,81
FUNDOS PATRIMONIAIS E E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais	17.8		
Fundos		575 579,75	575 579,75
Resultados transitados		(1 453 129,87)	(1 585 086,36)
Excedentes de revalorização		11 185 393,08	11 185 393,08
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais		1 960 945,68	2 020 456,79
Resultado líquido do período		42 295,92	84 199,28
Total dos Fundos Patrimoniais		12 311 084,56	12 280 542,54
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	1 666 602,61	2 048 752,08
		1 666 602,61	2 048 752,08
Passivo corrente			
Fornecedores	17.9	171 154,61	265 648,97
Estado e outros entes públicos	17.10	63 559,63	79 423,37
Financiamentos obtidos	8	449 649,55	487 254,17
Outros passivos correntes	17.11	543 723,30	444 750,56
Diferimentos	17.5	1 084 345,27	501 946,12
		2 312 432,36	1 779 023,19
Total do Passivo		3 979 034,97	3 827 775,27
Total do dos Fundos Patrimoniais e Passivo e do Passivo		16 290 119,53	16 108 317,81

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração dos resultados por naturezas no período findo em 31 de dezembro de:

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Unidade monetária (1)	
			Períodos	
			2019	2018
Vendas e serviços prestados	+	10	967 568,16	874 544,41
Subsídios doações e legados à exploração	+	12	3 082 344,50	2 971 133,41
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	9	(169 940,99)	(131 670,96)
Fornecimentos e serviços externos	-	17.13	(689 006,88)	(664 556,68)
Gastos com pessoal	-	15	(2 767 993,60)	(2 622 566,42)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	17.3 e 17.4	0,00	(15 300,02)
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	11	0,00	(3,50)
Outros rendimentos	+	17.14	204 586,80	178 368,84
Outros gastos	-	17.15	(147 144,95)	(100 712,62)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		480 413,04	489 236,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+		(384 947,28)	(349 859,39)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		95 465,76	139 377,07
Juros e gastos similares suportados	-	17.16	(53 169,84)	(55 177,79)
Resultado antes de impostos	=		42 295,92	84 199,28
Imposto sobre rendimento do período	-/+		0,00	0,00
Resultado líquido do período	=		42 295,92	84 199,28

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos

Anexos e Notas às demonstrações financeiras a 31 de dezembro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em:

RUBRICAS	NOTAS	Unidade monetária (1)	
		Períodos	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes	+	1 093 711,47	882 295,84
Pagamentos a fornecedores	-	(963 345,50)	(595 499,82)
Pagamentos ao pessoal	-	(1 796 937,93)	(1 744 231,20)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(1 666 571,96)	(1 457 435,18)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	2 070 854,01	1 805 070,23
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	+/-	404 282,05	347 635,05
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	(39 146,49)	(181 816,73)
Activos intangíveis	-	(16 725,00)	
Investimentos financeiros	-		
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+		
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros			
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	+/-	(55 871,49)	(181 816,73)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	25 570,41	100 000,00
Realizações de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+	141 049,61	120 472,96
Outras operações de Financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(444 284,83)	(384 822,42)
Juros e gastos similares	-	(53 169,84)	(55 177,79)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	+/-	(330 834,65)	(219 527,25)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	+/-	17 575,91	(53 708,93)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	119 280,64	172 989,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	136 856,55	119 280,64

(1) - O Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado

António Jaime Batista Domingos

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019							Total dos Fundos Patrimoniais
							Unidade monetária (1)
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2019	1	575 579,75	(1 585 086,36)	11 185 393,08	2 020 456,79	84 199,28	12 280 542,54
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			84 199,28		(59 511,11)	(84 199,28)	(59 511,11)
	2		84 199,28	0,00	(59 511,11)	(84 199,28)	(59 511,11)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					42 295,92	42 295,92
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					(41 903,36)	(17 215,19)
Outras operações							
Retificação do resultado transitado de 2017	5		47 757,21				47 757,21
POSIÇÃO NO FIM DE 2019	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 453 129,87)	11 185 393,08	1 960 945,68	42 295,92	12 311 084,56

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Demonstração individual das alterações nos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018							Total dos Fundos Patrimoniais
							Unidade monetária (1)
		Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ou outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DE 2018	1	575 579,75	9 339 877,43		2 115 257,44	255 994,47	12 286 709,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revalorização							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(10 924 963,79)	11 185 393,08	(94 800,65)	(255 994,47)	(90 365,83)
	2		(10 924 963,79)	11 185 393,08	(94 800,65)	(255 994,47)	(90 365,83)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					84 199,28	84 199,28
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3					(171 795,19)	(6 166,55)
Outras operações							
	5						
POSIÇÃO NO FIM DE 2018	6=1+2+3+5	575 579,75	(1 585 086,36)	11 185 393,08	2 020 456,79	84 199,28	12 280 542,54

(1) - Euro

A Direcção

O Contabilista Certificado
António Jaime Batista Domingos

Índice

- 1 Identificação da Entidade
- 2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras
- 3 Principais Políticas Contabilísticas
 - 3.1 Bases de Apresentação
 - 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração
- 4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:
- 5 Ativos Fixos Tangíveis
- 6 Ativos Intangíveis
- 7 Locações
- 8 Custos de Empréstimos Obtidos
- 9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- 10 Rédito
- 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
- 12 Subsídios, doações e legados à exploração
- 13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio
- 14 Imposto sobre o Rendimento
- 15 Gastos com o pessoal
- 16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais
- 17 Outras Informações
 - 17.1 Investimentos Financeiros
 - 17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros
 - 17.3 Créditos a receber
 - 17.4 Outros activos correntes
 - 17.5 Diferimentos
 - 17.6 Outros Ativos Financeiros
 - 17.7 Caixa e Depósitos Bancários
 - 17.8 Fundos Patrimoniais
 - 17.9 Fornecedores
 - 17.10 Estado e Outros Entes Públicos
 - 17.11 Outros passivos correntes
 - 17.12 Outros Passivos Financeiros
 - 17.13 Fornecimentos e serviços externos
 - 17.14 Outros rendimentos
 - 17.15 Outros gastos
 - 17.16 Juros e gastos similares suportados
 - 17.17 Acontecimentos após data de Balanço

1 Identificação da Entidade

A “Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL”, instituição sem fins lucrativos, foi constituída por escritura pública a 30 de outubro de 2003, com registo definitivo como Instituição de solidariedade Social (IPSS) com estatutos publicados no Diário da República nº.299 de 23 de dezembro de 2004, Série III, sito em Avenida Rainha D. Amélia – Lumiar 1600-676 Lisboa. Tem como missão, apoiar e proporcionar tranquilidade às pessoas com paralisia cerebral e situações neurológicas afins e suas famílias, através do desenvolvimento máximo das suas capacidades, visando a concretização dos seus projetos de vida e o pleno exercício da cidadania.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, com as alterações e redação dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 2019 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;

Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho;

Normas Interpretativas (NI) – Aviso nº 8258/2015 de 29 de julho.

3 Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas contabilísticas em vigor.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas

demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorram alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material, se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

O relato dos ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, de acordo com os critérios que têm vindo a ser adotados nos últimos exercícios.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas não foram afetadas no presente exercício.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida. Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	1 a 7
Equipamento de transporte	1 a 5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	1 a 9
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 6

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade. As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. Estes encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados e membros que se encontram com saldo no final do período e sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, por forma a retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a dois anos.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

3.2.8 Rédito

O rédito é proveniente da venda de bens, prestação de serviços e uso de outros ativos da entidade que produzem juros ou dividendos. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

Quando os serviços prestados são desempenhados por um número indeterminado de atos, durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante esse período. O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do acréscimo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Instituição e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.2.9 Subsídios e outros apoios

Os subsídios do Estado apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.10. Benefícios dos empregados

As contribuições da Instituição para planos de benefícios são reconhecidas como gasto no período a que respeitam, quando os empregados abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Instituição. São reconhecidas como um passivo, quando um empregado tiver prestado serviços em troca de um benefício no futuro. Os benefícios dos empregados aqui incluídos são, salários, contribuições para a regimes de proteção social, outros não monetários (cuidados médicos), bem como os benefícios por cessação de emprego. Os benefícios dos empregados são liquidados por pagamentos, efetuados diretamente aos mesmos.

São aqui incluídos empregados que prestam serviço a tempo completo, a tempo parcial ou temporários.

3.2.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço “adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.2.12. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não aplicável.

5 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, evidenciando as adições, os abates e as alienações, as depreciações e outras variações, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2019								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções				Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Activos										
Saldo Inicial		3 425 021,03	14 144 441,62	680 230,72	111 040,68	140 091,58	4 220,00	36 516,19	231 952,43	18 773 514,25
Aquisições			246 557,14	2 749,43	25 570,41	2 584,57		8 242,08		285 703,63
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações									-231 952,43	-231 952,43
Saldo final		3 425 021,03	14 390 998,76	682 980,15	136 611,09	142 676,15	4 220,00	44 758,27	0,00	18 827 265,45
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial		0,00	2 672 981,37	652 492,11	111 040,68	140 826,84	3 095,00	24 997,92	0,00	3 605 433,92
Depreciações do exercício			366 271,93	6 916,51	5 327,17	861,44	375,00	1 943,47		381 695,52
Alienações										0,00
Outras variações										0,00
Alienações										0,00
Saldo final		0,00	3 039 253,30	659 408,62	116 367,85	141 688,28	3 470,00	26 941,39	0,00	3 987 129,44
Activo Líquido	0,00	3 425 021,03	11 351 745,46	23 571,53	20 243,24	987,87	750,00	17 816,88	0,00	14 840 136,01

(1) - Euro

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2018								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios							
Activos										
Saldo Inicial		3 425 021,03	14 144 441,62	677 514,34	111 040,68	140 091,58	2 720,00	25 359,84	18 924,34	18 545 113,43
Aquisições				2 716,38			1 500,00	11 156,35	213 028,09	228 400,82
Transferências										0,00
Alienações										0,00
Outras Variações										0,00
Saldo final		3 425 021,03	14 144 441,62	680 230,72	111 040,68	140 091,58	4 220,00	36 516,19	231 952,43	18 773 514,25
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial			2 331 365,15	645 287,02	111 040,68	140 826,84	2 720,00	24 334,84		3 255 574,53
Depreciações do exercício			341 616,22	7 205,09			375,00	663,08		349 859,39
Alienações										0,00
Outras variações										0,00
Alienações										0,00
Saldo final			2 672 981,37	652 492,11	111 040,68	140 826,84	3 095,00	24 997,92		3 605 433,92
Activo Líquido	0,00	3 425 021,03	11 471 460,25	27 738,61	0,00	-735,26	1 125,00	11 518,27	231 952,43	15 168 080,33

(1) - Euro

6 Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, foram desenvolvidas de acordo com as seguintes tabelas:

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2019			
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Totais
Activos					
Saldo Inicial		15 987,34			15 987,34
Aquisições		16 725,00			16 725,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final		32 712,34			32 712,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial		15 987,34			15 987,34
Depreciações do exercício		3 251,76			3 251,76
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		19 239,10			19 239,10
Activo Líquido	0,00	13 473,24	0,00	0,00	13 473,24

(1) - Euro

ASSOCIAÇÃO DE PARALISIA CEREBRAL DE LISBOA

NIPC: 506610624

Unidade monetária (1)		2018			
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Totais
Activos					
Saldo Inicial		15 987,34			15 987,34
Aquisições					0,00
Alienações					0,00
Outras Variações					0,00
Saldo final		15 987,34			15 987,34
Depreciações acumuladas					
Saldo Inicial		15 987,34			15 987,34
Depreciações do exercício					0,00
Alienações					0,00
Outras variações					0,00
Saldo final		15 987,34			15 987,34
Activo Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(1) - Euro

7 Locações

A Entidade adquiriu em 2019 uma viatura comercial da Marca Renault, modelo Kangoo Maxi por **25.570,41** euros, com recurso a empresa RCI Bank & Services, locadora associada à marca a esta marca automóvel.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

A 31 de dezembro de 2019 o plano de reembolso dos empréstimos, perspetivado para o ano de 2020 ascende a 1.050.912,46 euros, conforme quadro seguinte:

Empréstimos bancários obtidos				
	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimo Novo Banco nº 077027116	804 835,44 €		200 821,80 €	806 474,68 €
Empréstimo Montepio Geral nº 00361002249	224 281,15 €		62 989,20 €	225 135,34 €
Empréstimo BPI nº 5447868830001		1 015 443,39 €	123 443,17 €	1 017 142,06 €
Empréstimo BPI nº 5447868830003		50 935,98 €	100 000,00 €	
RCI Bank	21 795,87 €			
Totais	1 050 912,46 €	1 066 379,37 €	487 254,17 €	2 048 752,08 €

9 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas” apresentava os seguintes valores:

CMVMC	2019	2018
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	188 757,11	131 670,96
Regularizações de existências	-14 378,56	0,00
Existências finais	4 437,56	0,00
Custo do exercício	169 940,99	131 670,96

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Vendas	2019	2018
Vendas	868 709,07	854 879,41
Quotas e Jóias	14 725,02	19 665,00
serviços secundários/Refeitório	84 134,07	0,00
TOTAL	967 568,16	874 544,41

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Não existem factos que justifiquem a constituição de provisões em 2019.

Passivos contingentes

Nos passivos contingentes salienta-se o valor de 70.400 euros liquidado pela Autoridade Tributária (AT) relativo ao IMI do CRPCCG. Refira-se que a APCL, sendo uma IPSS, está isenta do pagamento deste imposto. Assim, foram diligenciados os procedimentos ao dispor, nomeadamente reclamação graciosa apresentada à AT e recurso hierárquico sendo os mesmos indeferidos. A Direção da APCL mantém a convicção que este processo terá um desfecho favorável à instituição e como tal recorrerá em 2020 à via judicial. No entanto, por razões de prudência, foi reconhecido no balanço na rubrica de outras contas a pagar o valor de 84.395,01 euros.

Ativos contingentes

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral/Núcleo Regional do Sul, atual APCL, foi contemplada no testamento da Sr.ª Eglantina Coelho, com um quinto da quantia em dinheiro respeitante à venda de um imóvel localizado sito na Rua de Campo Maior, nº 49 em Elvas. Em ata de reunião, onde participaram as cinco instituições incluídas no testamento, foi decidido que o imóvel seria vendido por um valor nunca inferior a 100.000,00 euros. No entanto, o testamenteiro recusou essa qualidade por ato notarial de 20 de outubro de 2005, o que significa que cabia aos herdeiros (uma irmã), executar o legado. Em 2019 foi confirmado que a irmã da Sr.ª Eglantina já faleceu e que a única parente viva é a sobrinha.

12 Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a Entidade apresentava os seguintes saldos:

Subsídios doações e legados à exploração	2019	2018
Subsídios à exploração	2 941 294,89	2 850 660,45
ISS,IP - Centro Distrital	2 574 198,14	2 496 398,43
IEFP	254 789,55	286 826,08
Autarquias	90 504,06	47 699,40
INR	18 781,99	19 736,54
PCAND	3 021,15	
Doações e Heranças	141 049,61	120 472,96
Total	3 082 344,50	2 971 133,41

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Entre 31/12/2018 e 31/12/2019, não se verificaram quaisquer alterações das taxas de câmbio.

14 Imposto sobre o Rendimento

Conforme já mencionado anteriormente no ponto 3.2.7. – Estado e Outros Entes Públicos, a APCL é isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

15 Gastos com Pessoal

Ao serviço da APCL esteve em 2019 o número médio de 200 pessoas. (em 2018 = 190).
Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com pessoal	2019	2018
Remunerações do pessoal	2 213 840,49	2 088 661,74
Compensação rescisão contrato de trabalho	5 573,37	28 990,15
Encargos com remunerações	472 420,11	438 699,30
Seguros de acidentes de trabalho	62 157,49	51 959,05
Outros gastos com pessoal	14 002,14	14 256,18
Total	2 767 993,60	2 622 566,42

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas ainda as seguintes informações:

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Investimentos Financeiros	2019	2018
Fundo de reestruturação Sector Solidário	5 630,06	5 630,66
Fundo Compensação trabalho	18 275,12	14 327,10
Total	23 905,18	19 957,76

O montante 23905,18 euros refere-se a retenções efetuadas pelo ISS, I.P. a favor FRSS - Fundo de Reestruturação do Sector Solidário.

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Fundadores Bene.Patroc. Doadores/Associados/Membros	2019	2018
ACTIVO		
	0,00	0,00
PASSIVO		
	0,00	0,00

17.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Creditos a receber	2019	2018
Utentes valor Bruto	76 800,76	126 582,13
Utente cobrança duvidosa	21 646,82	
Utentes perdas por imparidade	-31 708,54	-31 708,54
Utentes - Valor liquido	66 739,04	94 873,59

17.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Outros ativos correntes	2019			2018		
	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido	Valor Bruto	Perda Imparidade	Valor Liquido
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores p/ acrescimo de rendimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Associados / Quotas	26 474,14	0,00	26 474,14	186 497,48	153 447,27	33 050,21
IEFP POPH			0,00			0,00
Projectos/subsidios	1 116 908,03	0,00	1 116 908,03	585 571,14	0,00	585 571,14
Outros devedores	9 321,09	0,00	9 321,09	9 891,21	0,00	9 891,21
Fornecedores c/c	16 057,63	8 121,84	7 935,79	13 139,67	0,00	13 139,67
Utentes - Valor liquido	1 168 760,89	8 121,84	1 160 639,05	795 099,50	153 447,27	641 652,23

Foi reforçado o valor das perdas por imparidades relativamente a fornecedores em 2019 no montante 8121,84 euros. No ano de 2018 tinham sido reforçadas as perdas por imparidades relativas às contas correntes de Associados no montante de 15.5447,57 euros.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2019	2018
ACTIVO		
Gastos a reconhecer	27 453,93	30 874,38
PASSIVO		
Rendimentos a reconhecer	1 084 345,27	501 946,12

17.6 Outros Ativos Financeiros

Não aplicável

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários	2019	2018
Caixa	2660,34	3296,18
Depositos à ordem	129545,53	111333,78
Depositos a prazo	4 650,68	4 650,68
Total	136 856,55	119 280,64

17.8 Fundos Patrimoniais

No período de 2019 ocorreram as seguintes variações nos fundos patrimoniais. NA contabilidade de 2019 foram segregados os saldos correspondentes aos “Resultados transitados” e “Excedentes de revalorização” este último valor já reconhecido em exercícios anteriores a 2018. Esta segregação originou os ajustamentos refletidos no quadro. No exercício de 2019 foi detetada a incorreta contabilização de 47.7757,21 euros em 2017 e que se revela no quadro anexo:

Fundos Patrimoniais	2019				
	Saldo Inicial	Aplicação resultados liquidados	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	575 579,75				575 579,75
Resultados transitados	-1 585 086,36	84 199,28	47 757,21		-1 453 129,87
Excedentes de revalorização	11 185 393,08				11 185 393,08
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	2 020 456,79		46 943,00	-106 454,11	1 960 945,68
Resultado líquido do período	84 199,28	-84 199,28	42 295,92		42 295,92
Totais	12 280 542,54	0,00	136 996,13	-106 454,11	12 311 084,56
		Correção ao exercício de 2017	47 757,21		

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é em 2019:

Fornecedores	2019	2018
Fornecedores c/c	161 929,61	199 405,81
Fornecedores de investimentos	9 225,00	66 243,16
Total	171 154,61	265 648,97

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros entes Publicos	2019	2018
ACTIVO		
Imposto s/ Rendimentos - retenções	98,96	103,67
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	62,83	
Imposto Valor Acrescentado (IVA)	16 317,18	33 432,98
Outros impostos e taxas		62,83
TOTAL	16 478,97	33 599,48
PASSIVO		
Imposto s/ Rendimentos - Pessoas singulares (IRS)	13 352,51	16 169,88
Imposto Valor Acrescentado (IVA)	935,97	
Segurança Social	46 496,26	60 503,95
Outros impostos e taxas	2 774,89	2 749,54
TOTAL	63 559,63	79 423,37

17.11 Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	2019	2018
Pessoal	5 444,75	3 379,75
Clientes c/c saldo credor	12 525,68	7 409,49
Credores por acréscimos	180 520,41	152 775,65
Estimativa de férias e subsídio de férias	321 081,93	263 165,24
Fundo socorro social	0,00	0,00
Outros credores	24 150,53	18 020,43
Total	543 723,30	444 750,56

17.12 Outros Passivos Financeiros

Não aplicável.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Fornecimentos e serviços externos	2019	2018
Serviços especializados	352 072,06	353 501,97
Materiais	22 911,42	23 170,22
Energia e fluidos	170 060,03	156 629,40
Deslocações, estadas e transportes	5 447,02	6 704,28
Serviços diversos	138 516,35	124 550,81
Total	689 006,88	664 556,68

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” desdobra-se da seguinte forma:

Outros rendimentos	2019	2018
Rendimentos suplementares	41 248,57	58 016,12
Descontos de pronto pagamento obtidos	6,67	
Rendimentos e ganhos em invest. n/ financeiros	181,60	10 925,91
Outros rendimentos	163 149,96	109 426,81
Total	204 586,80	178 368,84

17.15 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos	2019	2018
Impostos		698,92
Perdas em inventários		79,50
Gastos c/ apoios concedidos a associados e utentes	80 355,16	98 862,25
Outros gastos e perdas	2 475,00	1 071,95
Dividas incobráveis	13 529,07	
Correções relativas a períodos anteriores	50 785,72	
Total	147 144,95	100 712,62

17.16 Juros e gastos similares suportados

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Juros e gastos similares suportados	2019	2018
Gastos		
Juros de financiamento	48 139,60	54 984,03
Juros de mora e compensatórios	4 257,68	193,76
Outros juros	772,56	0,00
TOTAL	53 169,84	55 177,79

17.17 Acontecimentos após data de Balanço

O primeiro trimestre de 2020 foi marcado pelo aparecimento de uma epidemia a nível global denominada Covid-19, sendo que em 11 de março de 2020 foi declarada uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde. A atividade da APCL não é imune a um acontecimento desta natureza e grandiosidade, nem às medidas que inevitavelmente os governantes tiveram de decretar com forte repercussão económica e financeira, transversal a todos os sectores da actividade Económica. Tendo como principal objetivo a minimização do impacto nas respostas sociais da APCL, até à data do presente relatório, só é possível confirmar que se verifica um êxito relativo na manutenção dos serviços prestados por esta IPSS no âmbito do seu objeto estatutário. Não é possível neste momento efetuar o balanço do impacto causado pelas medidas decretadas governamentalmente e os apoios financeiros igualmente decretados pelo governo e disponibilizadas pela segurança social. Ainda não nos foi possível estimar com razoável grau de confiança eventuais impactos na APCL para o exercício de 2020 devido à Pandemia do Coronavírus mas os possíveis efeitos que dela decoram não serão significativos, sendo convicção que as circunstâncias excecionais não colocam em causa a continuidade das operações da APCL em 2020 e nos exercícios subsequentes.

Estas demonstrações financeiras vão ser aprovadas pelos associados em Assembleia Geral a realizar em 30 de junho de 2019.

A Direção

O Contabilista Certificado